

A derrocada nacional

As ilusões não perdem facilmente o seu império. Ainda querem supor que o país tem riqueza, trabalho, produção e disponibilidades iguais ou até superiores às de antes da guerra! Dêste modo seria louvável toda a governação que tivémos desde 1916. Seria mesmo necessário que ela continuasse como até agora. O *Apêlo à Nação* está no polo oposto. É porque êle assenta no estudo isento e positivo do problema português. Basílio Teies, que o leu e o assinou, escreveu a respeito da narrativa preambular que estava *bastante aquém da pavorosa realidade*. Bem o sabiam os que a fizeram, embora fôsse verdade tudo o que puzeram lá. O caso merece ainda considerações especiais. Não é para semear desalentos. É para se continuar a pedir à Nação o grande esforço reorganizador. Êste é impossível enquanto ela não conhecer a situação com suficiência.

A riqueza nacional e o desfalque que sofreu

No *Economista Português* puz a riqueza nacional propriamente dita em 3.200.000 contos, moeda antiga. Referia-me à propriedade mobiliária e imobiliária, como é de rigor. Os srs. Barros Queirós e Bento Carqueja orçaram-na em 3.500.000 contos, o que na essência é o mesmo. Nenhum de nós liga fé absoluta a cálculos de tal natureza. Êstes apenas tendem a formar um critério de orientação. O sr. Barros Queirós arbitrou ainda o valor de 2.818.000 contos às *faculdades pessoais* dos portugueses. É um género de avaliação, que se pôde omitir. Ela fazia subir para 6.318.000 contos, segundo o sr. Barros Queirós, a fortuna do país em 1914. Outros imaginam que ela é ainda maior. A da România, antes da guerra, andava por mil milhões de libras, segundo o banqueiro economista Aristides Blank. Ela tinha perto de 8.000.000 habitantes e uma exportação comercial de mais de 100.000 contos, ouro. Seria absurdo supor que não eram inferiores os bens efectivos de Portugal. Compreende-se que o sr. Anselmo de Andrade os tivesse comportado apenas em 2.000.000 a 2.500.000 contos.

Mas o mais importante é haver-se afirmado no *Apêlo à Nação* e no opúsculo *A Crise portuguesa* que o valor da nossa riqueza antiga estava talvez reduzido a metade. Evidentemente não se envolve neste modo de falar uma avaliação categórica, tão impossível como a outra. O essencial é que há uma ruína imensa e que ela exige um grande traba-

lho de reconstrução. É para aí que as atenções devem convergir.

O Governo de Portugal convenceu a Comissão das Reparações de que haviam ido a 2.244.070 contos, ouro, os nossos prejuizos de guerra, que nem abrangem as despesas dêste nome. Ela reduziu depois a 1.423.848 contos o nosso direito de compensação. Mas como é possível esta, ou sequer a de 0,75 % sobre os 132 milhões de marcos, ouro, com tal Europa? Que valor *actual* pôde vir daí? Quasi nada.

A nossa dívida de guerra à Gran-Bretanha aproxima-se de £ 20.000.000, com os juros compostos em acumulação. Parecia-nos que a taxa dêstes era a do desconto do Banco de Inglaterra, hoje de 3 % ao ano. O sr. Barros Queirós declarou há pouco na Câmara que *tem motivos para supor* que ela é de 5 %. Assim fala quem foi ministro das finanças. Até onde irá todo êste desfalque provável da nossa riqueza? Pensem nisto.

O comércio externo

Raciocinemos também sobre o comércio externo, o mais claro aferidor da economia. Reduzamos tudo a libras, pelo câmbio médio anual, embora não seja critério rigoroso. A importação era de £ 15.993.000 antes da guerra. A exportação era de £ 6.816.000, ou de cêrca de £ 8.200.000, se figurarmos que havia um êrro não inferior a 20 % nos *valores declarados*. Se tudo continuasse nas mesmas posições, o que teríamos desde 1914 a 1920? A primeira seria de £ 111.951.000 e a segunda de £ 47.712.000, ou melhor, de cêrca de £ 57.400.000 pela rectificação verosímil. Mas os preços foram superiores ao dôbro, em média. A primeira devia, pois, ter ido a mais de £ 220.000.000: e só foi de £ 147.952.000, sinal de empobrecimento grande, pois ao mesmo tempo se produzia menos. A segunda devia ter subido a mais de £ 95.000.000 nos próprios manifestos alfandegários: e só foi de £ 60.601.000. E' verdade que desta vez podemos imaginar que tenha ido mesmo a 100 % o êrro dos registos aduaneiros. Ela teria chegado assim de facto a mais de £ 120.000.000. Se, porém, se houvesse mantido a restante situação de 1914, ela devia ter-se aproximado de £ 200.000.000. Não teria, portanto, havido um desfalque de mais de um terço? — Ainda êle é agravado no cômputo das entradas e das saídas pela circunstância de que as próprias libras se desvalorizaram nesse período.

A queda se vê expressivamente de outra maneira. Pela

média de 1912 e 1913, o número de toneladas de mercadorias descarregadas nos portos da metrópole devia ter ido a 17.986.521, desde 1914 a 1920. E só foi de 9.673.732. O das carregadas devia ter sido de 9.336.805: e só foi de 5.886.105. É muito provável que em 1921 e 1922 fossem inferiores aos de 1920. O rombo da nossa economia, acusado pela depressão do nosso comércio marítimo, é, pois, colossal.

As principais mercadorias importadas, segundo o método da estatística oficial, era de 1.920.550 toneladas, pela média de 1912-1913. Se esta se conservasse, deviam ter ido a 11.523.300 toneladas de 1914 a 1919. Mas foram só de 6.231.000. Embora a quebra maior fosse no carvão, limitadamente substituído, o país enfraquecia gravemente. Aquela baixa não era devida a aumento de produção.

A média das quantidades de adubos importados para a agricultura fôra de 119.156 toneladas. Se ela se mantivesse, deviam ter entrado 834.000 toneladas de 1916 a 1920. E só vieram 360.156, ou menos 56 %. A exportação foi relativamente grande desde 1913 a 1917, mas com detrimento da economia nacional. O consumo foi cada vez menor, como foram menores e piores as sementeiras, em geral, por vários motivos.

A importação média de aparelhos e maquinismos para a lavoura, indústria e artes e ofícios foi de 13.283 toneladas, em 1912 e 1913. Se ficasse na mesma altura, teriam vindo cerca de 93.000 toneladas nos sete anos. Mas só entraram 38.204, havendo uma baixa de 58 %. Os nossos engenheiros assinalam que a maior parte das fábricas e oficinas antigas não tiveram as reparações e substituições normais e produzem em condições precárias e onerosas.

O desconto no Banco

O movimento das letras descontadas e tomadas no Banco de Portugal é também significativo. A média em 1912 e 1913 foi de £ 14.061.000. Conservando-se tudo na mesma situação, o total de 1914 a 1922 devia ir a £ 126.594.000: ou melhor, talvez a mais de £ 300.000.000, atendendo a que os preços foram superiores ao dobro, mesmo em ouro, e a que se multiplicou o número dos intermediários. Mas ele só foi a £ 176.358.000, havendo uma quebra de mais de um terço. Em 1918, 1919 e 1920 subiu consideravelmente. Foram os anos da maior especulação, especialmente miliciiana e de grupos ligados a bancos. Além disso, a importação, reprimida pela guerra, teve um certo aumento relativo nos primeiros tempos. Acresce que o Tesouro, acudindo a estabelecimentos em perigo, inflou artificialmente a carteira de desconto. Depois, a queda veio logo em 1921 e 1922 de maneira grave. Atendendo-se a que os preços em ouro dobraram, pelo menos, aquêl movimento devia ter sido de uns 28.000.000 libras em cada um dos mesmos anos. E só foi de cerca de metade no primeiro (£ 15.787.000) e de pouco mais de um terço no segundo (£ 10.867.000). Há o que houver a considerar por outros lados das praças, está aí um sinal da notável depressão do comércio interno e externo. Quasi todos dizem que vendem menos. Simplesmente espoliam mais, em certo modo. E no fim, o espoliado fica em geral menos rico ou mais pobre. É assim a ruína.

A propriedade privada e o património público

A propriedade privada, quer móvel quer imóvel, na maioria dos casos não foi compensada nas suas depreciações e gastos. Consumiram-se ou desbastaram-se grandes reservas do país, não só nas florestas, mas em quasi tudo o mais. Na

maior parte dos domicílios não se fizeram as renovações e concertos ordinários. O tipo da vida individual, doméstica e social baixou fortemente pelo empobrecimento progressivo da alimentação natural e civil. Ninguém se iluda com o luxo dos novos ricos.

A mesma decadência ruínosa e grave se viu nas estradas, nos caminhos de ferro, nos portos, nos edifícios, em quasi todos os monumentos e materiais da economia do Estado. Apenas temos dois navios de guerra que ainda possam fazer a viagem de longo mar. É a mais fraca situação marítima de toda a nossa história.

A população e o seu trabalho

De 1912 a 1920 nasceram 1.735.924 indivíduos, morreram 1.309.992 e emigraram 365.219, segundo os registos oficiais. Por estas contas haveria, em 1920, apenas mais 60.713 sobre os 5.960.056 achados em 1911. Desde 1920 a crise económica deve ter feito maiores devastações. A repatriação talvez seja inferior à emigração clandestina. É possível que não tenhamos já 6.000.000 habitantes. A diminuição vai prosseguir, porque subsistem e agravam-se quasi todas as causas. — Porque não publicam os resultados globais do censo de 1920?

Temos muito menos gente do que em 1911 nos trabalhos úteis, especialmente nos da terra, de onde se corre para as vilas e cidades e para o estrangeiro. Essa mesma, no seu conjunto, applica-se também muito menos do que outrora, em tempo e intensidade. Os representantes das grandes associações patronais de Lisboa e das federações de sindicatos agrícolas acabam de dizer ao sr. ministro da agricultura que o português, em geral, produz apenas metade do que produzia antes da guerra. Póde não ser tão pouco no total. Mas a nossa produção efectiva e proveitosa deve ter sofrido talvez uma quebra superior a um terço desde 1914, em média. Não póde haver ilusões com a actividade, geralmente parasitária ou espoliadora, de um restricto número de indústrias e de explorações rurais. Ela é realmente pequena, e sobretudo alimentada, em última análise, pelas despesas desordenadas do Estado e pelo contrabando de fronteira. Os mantimentos veem de fóra em proporções enormes, apesar de se comer menos e pior. As estatísticas das alfandegas dizem suficientemente a verdade, quanto ao peso das mercadorias do comércio marítimo, e até quanto ao valor da importação. As da produção nacional, que se inclinaram a ser um pouco optimistas no ramo da cultura cerealífera, desde 1922, não tanto como às vezes se imagina, estão muito longe de assentar em bases consistentes. Em nenhum país da Europa se conseguiu voltar ainda à situação vantajosa que a tal respeito sonham alguns em Portugal. No entretanto, a Inglaterra a França, a Bélgica, a Itália, a Tcheco-Slováquia, a Polónia, a România, para não falar de outras, veem fazendo esforços imensos de restauração, mesmo na lavoura. Aqui não os vemos. As lavras e sementeiras são geralmente piores do que eram, sendo as de 1922-23 menores do que as antigas e mesmo do que as de 1921-22, em muitos pontos. Uma parte notável do labor nacional é para a falsificação, a candonga e a rapinagem multiforme. O maior de todos os efeitos é uma potencialidade crescente de anarquia.

A fortuna real do país

Se já se diz que o valor produtivo dos portugueses está reduzido a metade, que se poderá dizer da própria fortuna real do país?

Olhem bem para o drama da riqueza mobiliária. Considerem-se, para exemplo, as cotações dos títulos da dívida interna e das acções dos lances principais em julho de 1914 e no começo de março de 1923, passando-as a ouro pelo câmbio de Londres:

	1914	1923
Dívida interna, 3 %	34#00	1#84
Acções do Banco de Portugal	145#20	30#50
» » » Comercial	125#80	17#70
» » » Ultramarino	83#10	13#50
» » » Lisboa & Açores	95#60	19#60

E' uma positiva ruína. A dos outros valores mobiliários é geralmente maior. Incluímos nêles, em sentido lato, os capitais das antigas casas de comerciantes, ou de sociedades por quotas, ou de responsabilidade limitada, ou de comandita. Lamentam-se desta quebra os negociantes que sabem calcular. Tal é a realidade, por maiores que tenham sido, em muitos casos, as formações de fortunas, feitas á custa de vítimas presentes e futuras. Os bens móveis, por via de regra, valem menos do que antes em ouro.

A propriedade imobiliária, tanto urbana como rústica, vem acompanhando a queda, embora com menos intensidade. Não importa que ela tenha cotações anormais em certos pontos restritos de algumas cidades e regiões, por certas concorrências extraordinárias. Os imóveis são geralmente vendidos a preços muitíssimo inferiores aos de 1914, se os reduzirmos a ouro. Ainda valem menos do que êles, tão graves são as condições deprimentes que lhes veem pelo uso pior, pela falta de reparações, pela desordem do Estado, pelos encargos públicos maiores, pelo fardo crescente dos impostos, pela decadência do trabalho e dos meios de transporte, pela carregada atmosfera social, pelo perigo de anarquia e pela desconfiança progressiva.

O valor da fortuna rial, e até das faculdades pessoais da população, se quizerem, num país com tal queda moral, política, financeira, económica e social, tende com rapidez para os maiores afundamentos. É como numa grande casa comercial que a meio da ruína veloz continua a ter a vida que a trouxe até lá. — Quem tiver de vender os seus mobiliários ou imobiliários só recebe o que êles valem neste abismo. Fazendo as contas, verá então quanto perdeu efectivamente em ouro. Se applicarmos igual critério ao passivo da nação, êle vem para baixo, em parte? Certamente! Mas isso não aumenta a cotação dos bens! O mesmo succede ao das empresas mercantis em derrocada ou em falência! Os créditos sobre elas desvalorizam-se, ou até se despresam, sem que isso mude a natureza daquella situação. Pelo contrário a apregoa!

Sistema destrutivo

A Nação está entregue à louca faina da agiotagem e da exploração mútua, devorando a substância da riqueza antiga e sacando sobre o futuro, sem conta nem medida. Por cima dela temos onze ministérios dos vencimentos, das subvenções e das diferenças cambiais. Êles nada mais podem fazer do que o esforço de acudir a tudo isso, impedindo a revolução do seu comunismo civil e militar, onde apesar de tudo há dificuldades e misérias. Não se faria com solidariedade pamótica e 100 milhões de libras, durante seis anos, o que seria preciso realizar por uma governação excepcional de reforma, reparação e fomento na metrópole, em S. Vicente de Cabo Verde, em Angola e em Moçambique. Essa necessidade é substituída praticamente pela de viver na destruição bem ou mal intencionada: pela de continuar até

o fim a desorganização nacional, com dinheiro vindo do Banco de Portugal ou seja lá de onde for. Assim foi na Austria, onde desde 1919 a 1922 se gastou improdutivamente, além dos triliões de papel-moeda, ouro estrangeiro em quantidade maior do que a reputada hoje indispensável para a obra da reconstrução fiscalizada pelas potências.

O «deficit» e o ouro depositado lá fora

Julgaram que exagerámos ao calcular em mais de 700.000 contos o deficit rial de 1922-23, e em mais de 800.000 o de 1923-24? Bemaventurados os que têm ilusões! O deficit verdadeiro subiria a muito mais de 1000.000 contos, se o orçamento incluísse verbas para as necessidades de reparação e desenvolvimento. A governação pública torna-o mais pequeno, tratando apenas de alimentar o pessoal, com mau sustento.

Várias vezes tem sido afirmado, até por ministros, que vão a mais de 100 milhões de libras as disponibilidades de portugueses no estrangeiro. Seria ainda uma contra-partida insuficiente no balanço da ruína de Portugal. Mas não parece que possa haver lá sequer 50 % do que dizem. De mais a mais, quasi tudo teria sido lá depositado desde 1914, o que não é possível. Convém raciocinar um pouco a tal respeito, aproveitando mais elementos do que dispunha a colaboração no livro *A Crise Portuguesa*. Façam-se ainda mais concessões ao optimismo subjectivo.

Ainda que dobremos os valores declarados da exportação comercial, é difficil imaginarmos que ela foi de £ 150.000.000 desde 1914 a 1922. Esta soma se elevaria a £ 210.000.000, com os 60.000.000 libras que, ainda mais difficilmente, supozéssemos vindas dos nossos emigrantes. A importação, por sua vez, deve ter ido a cerca de £ 200.000.000. Esta verba subiria para a de cerca de £ 220.000.000, com não menos de £ 22.000.000 pelos pagamentos externos comuns do Estado e das Companhias. Quere dizer que não é fácil nivelar as duas contas globais a que chegámos assim por hipóteses avançadas em certas bases. Depois disto, repugnaria admitir que pela exportação e reexportação de mercadorias coloniais, pelas vendas ocultas à Espanha, e por outras vias secundárias, houvesse ouro disponível para acumulação de 100 milhões de libras lá fora, desde 1914. Mesmo para se chegar a metade é preciso rialmente um certo esforço. Uma boa parte dessa afamada reserva está perdida, porque foi constituída em marcos. A outra não volta para cá, apreciavelmente, sem estar bem lançada a renovação nacional, que ella mesmo deve auxiliar.

Seja como for, a grandeza da nossa queda é visível aos olhos que estejam abertos. Resta que todos concorram como devem para a salvação já retardada e amanhã impossível. Esta não pode sequer principiar pelos empréstimos caros, que se destinam apenas ao custeio das despesas da própria desorganização nacional. São transitórias e perigosas as pequenas melhorias cambiais que daí venham.

Lisboa, abril de 1923.

QUIRINO DE JESUS.

«Domina a este nosso reino uma certa constelação que faz os homens incapazes de receber o bom conselho, principalmente nas cousas públicas».

LUIS MENDES DE VASCONCELOS, em 1608.